

PL 0500-2005

JUSTIFICATIVA

A principal prerrogativa deste projeto de lei constitui a intrínseca noção do caráter social e espiritual das entidades nele estabelecidas.

Em grande parte das obras espirito-socio-assistenciais há a preocupação de trabalhar os conteúdos interiores de cada um, buscando ajudá-lo no sentido de que ele seja participe de sua própria evolução. O trabalho de reconstrução interior é de vital importância, pois constitui apanágio da evolução social e, conseqüentemente, progresso de uma comunidade.

Uma das características do trabalho do serviço assistencial em moldes espiritistas é a promoção social do ser. Promoção é a ação de promover, de elevar, de engrandecer, de fazer crescer.

Nada poderia se enquadrar melhor na visão espiritual do trabalho de assistência ao próximo do que a promoção do indivíduo num contexto sócio-econômico-cultural e sobretudo espiritual.

Procuo enfatizar esse aspecto no projeto que ora apresento na busca de desenvolver o atendimento à criatura humana num sentido integral, isto é, nos aspectos bio-psico-sócio-espiritual. E não raras vezes tenho me deparado com uma visão unilateral do poder público quanto ao atendimento ao carente espiritual, o que constitui grande parte de nossa sociedade.

Explico. Há, por parte da grande maioria de nossa sociedade, incluindo-se aí diversos setores do poder público, no que diz respeito a esta área de atuação, uma obsessiva preocupação com o dar, tão-somente, coisas materiais, sem compromissar a criatura consigo mesma e com suas possibilidades de crescimento e de não dependência de seus semelhantes.

Não negamos, em absoluto, a necessidade de buscarmos atender a todas carências de ordem física ou material, pois somos sabedores da amplitude das necessidades do homem em nossa sociedade, mas ressalto que de nada adianta proporcionarmos o privilégio ao aspecto material sem que possamos, conjuntamente, proporcionar e possibilitar o atendimento espiritual dos mesmos.

Na escala de hierarquia das necessidades humanas, Abraham Maslow, um conhecido psicólogo americano, colocava num primeiro nível de atendimento aquelas carências que visam ao equilíbrio físico do ser vindo, subseqüentemente, as outras de caráter social, de status e espiritual. Satisfeitas as primeiras, abrem-se outras que também reclamam atendimento. E este é nosso enfoque.

Não se trata tão somente da liberação ou dilação de prazo para concessão da licença de funcionamento de templos religiosos, mas sim, algo intrínseco a essa questão. Trata-se da importância de se conferir condição às pessoas que procuram guarida na fé de estabelecer uma condição viável para o pronto atendimento, o que muitas vezes, encontra óbice devido ao supra solicitado.

Assim, levando em conta essa classificação no atendimento às necessidades do ser humano, enfatizamos essa assistência, direcionando esforços no sentido de que a criatura busque a sua homeostase, o seu equilíbrio, a partir dos níveis primeiros, tornando-se, com o passar do tempo, auto-supridora e auto-nutridora.

Não é isto, contudo, que temos notado em grande parte das obras do poder público relativamente a questão espiritual da sociedade. Sem quisermos ser cáusticos e nem criticar por criticar, temos observado que governante do poder público tem focado o trabalho de atendimento aos carentes preocupando-se, de forma - compreensível de certo modo - com o número de pratos de sopa que oferecem semanal, quinzenal ou mensalmente à população.

São montados grupos de pessoas, assessores e catedráticos que visitam favelas e barracos levando alimentos e roupas, que matam a fome temporária, corpórea e agasalham por alguns dias o corpo e tão somente o corpo de população. Não há, porém, a preocupação de trabalhar os conteúdos interiores de cada um, buscando ajudá-lo no sentido de que ele seja partícipe de sua própria evolução.

O trabalho de reconstrução interior é de vital importância e sim, o primordial do humano. Se quisermos ser os cireneos da passagem evangélica, poderemos auxiliar o outro a carregar o fardo de suas limitações e impossibilidades, mas tenhamos em mente que a construção do eu profundo é tarefa de cada um, pois só assim, haverá o mérito pelo esforço empreendido.

Algumas casas governamentais têm-se mostrado reticentes quanto à evidente necessidade de participação no aprimoramento da noção de suas importâncias no engrandecimento espiritual da população, pois alegam não ser o foco primordial - nem mesmo marginal - de seu trabalho. Será qual a razão que esses núcleos governamentais não conseguem se abrir para o estudo e a reflexão acerca de outros enfoques? Não seria talvez oportuno deixar de lado o comodismo nos quais se vêm atrelando há anos e anos e permitir-se o benefício da dúvida? Embora saibamos que pisar o novo assusta, tenhamos em mente que o crescimento exige coragem, determinação e vontade.

Finalmente, perguntamo-nos se o nosso personalismo e a nossa vaidade não nos têm obliterado a razão e o sentimento no atendimento às reais e vitais necessidades da nossa população.

Um repensar em torno dessa nossa posição valeria a pena neste momento, para que não venhamos, mais tarde, nos arrepender do uso indevido do tempo que passa.

Desta forma, conto com o apoio dos nobres pares na votação desta.

MARTA COSTA
Vereadora